



**XXXII Encontro  
de Jovens  
Pesquisadores**

e XIV Mostra Acadêmica  
de Inovação e Tecnologia

 **UCS**



## **DIREITO DE FAMÍLIA E CATADORES: PANORAMA DE JURISPRUDÊNCIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL**

João Batista Mincato dos Santos (BIC-CNPq), Verônica Bohm, Ana Maria Paim Camardelo (Orientador(a))

O Direito de Família, subcampo do Direito Civil, tem como fonte de estudo a família, especificamente os seguintes institutos jurídicos: casamento, união estável, relações de parentesco, filiação, alimentos, bem de família, curatela, tutela e guarda (Tartuce, 2024). No artigo 226 da Constituição Federal, a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado. As famílias compõem a comunidade social e política do Estado, encarregado de ampará-las, como meio de fortalecer sua própria instituição. Os catadores de resíduos sólidos, em muitos casos, exercem suas atividades desde a infância, e, em algumas famílias, os filhos acabam herdando a profissão por falta de acesso a melhores opções no mercado de trabalho (Silva, Góes, Alvarez, 2013). O presente estudo faz parte do projeto de pesquisa “A influência do envelhecimento humano na execução das atividades do catador de resíduos sólidos a partir de sua percepção” e objetiva identificar os tipos de jurisprudências de catadores no Direito de Família. Foi realizada uma pesquisa documental no *site* do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) onde utilizou-se o termo “Catador” no inteiro teor do processo para filtrá-las. Resultaram 1033 jurisprudências que, posteriormente, foram classificadas por matéria de direito. Destas, 91 foram identificadas como Direito de Família, das quais 53 têm relação com a catação. O procedimento subsequente foi a classificação das jurisprudências por subcategorias do Direito de Família: pensão alimentícia, destituição de poder familiar, guarda e outros. A subcategoria que mais apareceu foi a pensão alimentícia, com 37 ações. A segunda foi destituição de poder familiar com 9 ações, guarda com 5 e outros com 2. Dos processos sobre pensão alimentícia, a maioria trata de redução do valor da pensão em razão da baixa remuneração do catador, cujo valor já era o mínimo legal. A segunda categoria, destituição de poder familiar, trata de filhos retirados de seus genitores em virtude da precariedade de alimentação, moradia e abuso de drogas. A terceira, de guarda, trata de designação do genitor ou familiar que ficará responsável pelos filhos. Conclui-se, preliminarmente, que os três tipos de jurisprudências de catadores, prevalentes no Direito de Família, apontam para as dificuldades econômicas enfrentadas pelos catadores para cumprirem as decisões judiciais.

Palavras-chave: Catador, Família, Direito

Apoio: UCS, CNPq